

HABEAS CORPUS Nº 548.673 - TO (2019/0357130-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO : PEDRO ELOI SOARES - DF001586A
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ALAN FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALAN FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções dos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, V, VI e VII, todos da Lei n. 11.343/2006, e com art. 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, à pena de 19 anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado,

A apelação defensiva foi parcialmente provida para redimensionar a pena do paciente para 12 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fls. 47/49):

APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ART. 33 E 35, DA LEI Nº 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR DE NULIDADE. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. TESTEMUNHA NÃO INQUIRIDA EM JUÍZO. PROVA EMPRESTADA RATIFICADA EM JUÍZO.

1. É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da admissibilidade, observado o contraditório, da prova emprestada vinda de processo do qual não participaram as partes do feito para o qual a prova será trasladada.

2. No caso, o menor não foi localizado para intimação, a fim de que fosse ouvido perante o Juízo Criminal, o que levou à juntada de sua oitiva prestada junto ao Juízo da Vara Cível a estes autos, mediante requerimento do Ministério Público e concordância da defesa, sendo que as informações prestadas foram ratificadas em juízo, em observância ao contraditório e à ampla defesa.

3. Ademais, a declaração de nulidade exige a comprovação de

prejuízo, em consonância com o princípio *pas de nullite sans grief*, consagrado no art. 563 do CPP e no enunciado n. 523 da Súmula do col. STF, o que não ocorreu na hipótese concreta, razão pela qual rejeito a preliminar.

ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. PALAVRA FIRME DOS POLICIAIS. HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS CONTEXTO PROBATÓRIO ROBUSTO.

4. A autoria e a materialidade dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico encontram-se perfeitamente configuradas com base em provas robustas, como o depoimento seguro dos policiais que participaram das investigações, bem assim as declarações de usuários que adquiriram droga dos apelantes e também em razão da apreensão de droga e da realização dos Laudos Periciais de Pesquisa em Entorpecentes e ainda pelas circunstâncias em que aconteceram os delitos, uma vez que os apelantes já estavam sendo investigados.

5. É irrelevante o fato dos recorrentes não terem sido apanhados no momento da mercancia da droga, haja vista que para a configuração do delito de tráfico de drogas basta que sua conduta se subsuma em um dos núcleos descritos no art. 33, da Lei nº 11.343/06, pois se trata de crime de ação múltipla.

6. Quanto ao crime de associação para o tráfico, restou comprovado o vínculo, a estabilidade e a permanência do grupo para a prática do tráfico de drogas, restando demonstrado que não foi somente uma atitude isolada dos apelantes, mas, uma atuação estável em sociedades sceleris, realizada de maneira sequencial e permanente.

7. Comprovadas, de maneira inconteste, tanto a materialidade como a autoria delitiva dos crimes, mormente pela prova documental e testemunhal, colhida tanto na fase inquisitorial como judicial, não há que se falar em fragilidade do conjunto probatório, o que inviabiliza a aplicação do brocardo *in dubio pro reo* e, conseqüentemente, a absolvição sob este fundamento, sendo imperiosa a manutenção do decreto condenatório.

DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS. ART. 42 DA LEI 11.343/06. AUSÊNCIA DE *BIS IS IDEM*. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA DECLINADA PARA O INCREMENTO DA PENA-BASE. REDIMENSIONAMENTO DA PENA.

8. Evidencia-se que a natureza e a quantidade das drogas apreendidas, foram consideradas somente uma única vez na primeira fase da dosimetria da pena e não foi empregada nas demais fases, não havendo que se falar em *bis in idem* ou inadequação com os julgados do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual mantém a valoração negativa, nos termos do art. 42 da Lei 11.343/06.

9. Quanto à culpabilidade, tem-se que o seu exame não foi adequado, devendo ser afastada, uma vez que os fundamentos expostos são inerentes ao tipo penal e à causa de aumento aplicada na dosimetria.

10. No tocante à conduta social, verifica-se que a alegativa de que os apelantes “sempre esteve envolvido com o tráfico de drogas”, não possui fundamentação idônea e deve ser decotada, porquanto os recorrentes são tecnicamente primários.

11. No que pertine às consequências, a indicação dos danos causados pelas drogas aos consumidores, é motivo inerente ao tráfico ilícito de entorpecentes, de forma que tal fundamento é inidôneo a fundamentar a exasperação da pena-base.

12. Recursos conhecidos e parcialmente providos para redimensionar as penas dos apelantes.

Neste Superior Tribunal de Justiça, a defesa pretente a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena do paciente.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator